vinetur

Espanha aprova decreto que regula os agrupamentos de indicações geográficas inter-regionais

A medida harmoniza a legislação nacional com as normas da União Europeia e permite que denominações inter-regionais criem conselhos em todas as comunidades autónomas abrangidas

quarta-feira, 18 de novembro de 2026



O Conselho de Ministros de Espanha aprovou na terça-feira, 17 de novembro, um decreto real que estabelece o quadro jurídico para o reconhecimento e o funcionamento dos agrupamentos de produtores associados a indicações geográficas que abrangem mais do que uma comunidade autónoma.

A medida, anunciada pelo Governo após a reunião do Conselho de Ministros, pretende harmonizar as regras espanholas com o quadro da União Europeia aplicável a estas denominações. As indicações geográficas são selos de qualidade utilizados na UE para identificar produtos cujas características ou reputação estão associadas a um local de origem específico.

Ao abrigo das novas regras, as indicações geográficas protegidas que abrangem várias regiões poderão ter conselhos reguladores sediados em todas as comunidades autónomas incluídas na denominação. Segundo o Governo, esta estrutura destina-se a facilitar a gestão conjunta e a melhorar a coordenação entre produtores e autoridades regionais.

O decreto real atualiza e consolida também regras anteriores num domínio que era regido por um sistema regulamentar mais fragmentado. Segundo o Governo, o novo quadro visa aumentar a participação dos produtores na defesa e promoção das indicações geográficas, melhorando simultaneamente a transparência e a representatividade dos organismos que as gerem.

Entre as competências destacadas pelo Governo estão a capacidade destes agrupamentos de produtores para realizar controlos da produção e da comercialização, proteger a qualidade e a autenticidade dos produtos e apoiar a promoção e o posicionamento no mercado dos produtos abrangidos pela denominação. O decreto pretende também reforçar o papel das organizações de produtores na gestão quotidiana das denominações que abrangem várias regiões.

A reforma poderá ter particular importância para o setor das bebidas. No caso das denominações de vinhos, bebidas espirituosas e outras bebidas que abrangem mais do que uma comunidade autónoma, o novo quadro poderá ajudar a determinar quais os organismos de produtores reconhecidos para assegurar tarefas de gestão comum e, potencialmente, questões sensíveis como os cadernos de especificações dos produtos,

funções relacionadas com a sustentabilidade e pedidos ligados à gestão da oferta.

O Governo afirmou que a medida deverá reforçar o setor agroalimentar em sentido lato, protegendo os produtos comercializados ao abrigo de indicações geográficas reconhecidas e apoiando o seu valor económico e a sua reputação nos mercados nacionais e estrangeiros. Espanha tem um grande número de denominações protegidas associadas à produção local, várias das quais abrangem territórios que não se circunscrevem a uma única administração regional.

O decreto procura também incentivar uma cooperação mais estreita entre as administrações públicas e o setor privado, para que estes agrupamentos possam funcionar com maior eficácia. Segundo o Governo, esta abordagem dá resposta aos requisitos e às recomendações da União Europeia sobre o funcionamento das organizações de produtores reconhecidas.